

**QUANDO AS “ESTÓRIAS” ENSINAM A HISTÓRIA:
UM ESTUDO DOS DIÁLOGOS PÓS-MODERNOS ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA
NO CONTO MÃE JUDIA, 1964**

Maria Aurélia Sarmiento – Licenciada em História e Especialista em Literatura e Estudos Culturais, ambas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação, nível mestrado – POSEDUC da UERN. Bolsista da CAPES. Membro do Grupo de Pesquisa Formação e Profissionalização do Professor.

RESUMO

Vivemos uma profunda revisão nos modos de pensar a ciência, a arte e a escrita. Com o pós-estruturalismo e as teorias pós-modernas a literatura e a história passaram a rejeitar os ideais de representação que por tanto tempo as dominou, optando por questionar a relação da história com a realidade e entre a realidade e a linguagem. Tal questionamento influenciou de forma significativa as perspectivas do ensino de história. Em decorrência destas constatações e motivados pelo desejo de estudar a relação da literatura com a história, e com isso suscitar novas problemáticas no campo educacional, em especial nas discussões sobre ensino de história, o presente trabalho buscou refletir sobre as possibilidades de diálogos entre esses dois saberes a partir das teorias pós-modernas. Analisamos para tanto o conto *Mãe Judia, 1964* (2004), de Moacyr Scliar a partir do conceito de metaficção historiográfica e à luz de autores como: Durval Muniz de Albuquerque Júnior, Linda Hutcheon, Sandra Jatahy Pesavento entre outros. Esse estudo configura-se como uma pesquisa bibliográfica. Verificamos no conto em análise que a história não aparece apenas como pano de fundo para a literatura, ambas estabelecem um diálogo crítico a cerca da razão, da ficção, da escrita e da memória. Constatamos que longe de descaracterizar tais disciplinas e colocar em xeque suas autonomias, a poética da pós-modernidade as tornou mais amplas. O uso do conto *Mãe Judia, 1964* (2004) em sala de aula possibilitará a criação de espaços significativos de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: História, Literatura, Pós-modernidade, Metaficção historiográfica.

INTRODUÇÃO

É notório por parte daqueles que vivenciam ou já vivenciaram o ambiente acadêmico, ou por aqueles que se interessam pela produção do conhecimento, que os saberes em geral, e em especial as Ciências Sociais e Humanas, há algumas décadas vêm passando por significativos debates e mudanças epistemológicas. Vivemos uma profunda revisão nos modos de pensar a ciência, a arte, a escrita e a cultura. Emergem diante do professor/pesquisador novos conceitos, temas, objetos, novas categorias explicativas e metodologias. Pronunciam-se novas *epistemes*. Pesquisar/ensinar presume antes de tudo a capacidade de lidar com um amplo leque de possibilidades, e enveredar pelo universo da multidisciplinaridade.

Tais mudanças, apesar de colocarem-se como importantes para a dinâmica do próprio conhecimento, estão longe de representarem algum tipo de consenso, ao contrário muitas são as contendas intelectuais geradas por elas, sobretudo quanto à necessidade dessas revisões e a validade das mesmas. Diante desse contexto - concordemos ou não com essas mudanças - se faz *mister* estudos que problematizem esses debates, em especial aqueles relativos às fronteiras disciplinares. Haja vista que só pesquisando e discutido sobre as novas

e/ou antigas teorias é que poderemos amadurecer explicações e fornecer respostas pertinentes às tantas indagações contemporâneas.

Dentre as possíveis discussões a respeito das fronteiras disciplinares, uma tem nos chamado bastante atenção, a saber: as fronteiras entre a literatura e a história, pensadas por teorias que refletem sobre os limites entre a arte e a realidade e as inter-relações entre o real e o fictício no processo de representação narrativa. Desde o estruturalismo, com a chamada “virada lingüística”, a linguagem e a narrativa estão no centro de um debate que permeia todas as ciências humanas.

A posteriori com o pós-estruturalismo e as teorias pós-modernas a literatura e a história passam a rejeitar os ideais de representação que por tanto tempo as dominou, optando por problematizar os modelos estabelecidos, com o objetivo de questionar a relação da história com a realidade e entre a realidade e a linguagem. Mas apesar disso muitos ainda são os historiadores e os críticos literários que temem essa aproximação.

Em decorrência destas constatações e motivados pelo desejo de estudar a relação da **literatura** com a **história**, e com isso suscitar novas problemáticas no campo educacional, em especial nas discussões sobre ensino de história, o presente texto busca refletir sobre as possibilidades de diálogos entre esses dois saberes a partir das teorias pós-modernas que nos permitem compreender o passado e a ficção de uma forma mais plural e abrangente.

Fundamentar-nos-emos também nos estudos de Linda Hutcheon (1991) sobre história, teoria e ficção, elegendo a metaficção historiográfica como categoria de análise, por acreditar, assim como a Hutcheon, que a metaficção historiográfica é uma das formas que mais caracteriza a narrativa pós-moderna. Analisaremos para tanto o conto *Mãe Judia, 1964*, de Moacyr Scliar (2004).

Esse conto faz parte da coletânea *Vozes do Golpe*, idealizada pelo escritor gaúcho Moacyr Scliar para marcar os 40 anos do Golpe Militar de 1964, reúne quatro nomes da literatura nacional, Carlos Heitor Cony, Luís Fernando Veríssimo, Moacyr Scliar e Zuenir Ventura, os quais escrevem esta série com quatro libretos, somando 336 páginas, que foi publicada pela editora Companhia das Letras, em 2004. A coleção é composta, além do conto supracitado, pelo conto *A mancha* (2004), de Veríssimo, e por dois relatos pessoais intitulados: *A Revolução dos Caranguejos* (2004), de Cony, e *Um Voluntário da Pátria* (2004), de Ventura. Nas reflexões desse trabalho, pelo limite imposto pelas páginas, deter-nos-emos na análise do conto *Mãe Judia, 1964* (2004), de Moacyr Scliar.

A priori o que suscitou nosso interesse e nos influenciou na seleção do *corpora* foi o fato dessa coleção ter despertado a atenção da crítica, inclusive na imprensa, para

(re)pensar o fato histórico, em meio a outros livros tradicionalmente de cunho histórico, a saber: o primeiro volume do trípto *O sacerdote e o feiticeiro* (A ditadura derrotada) do jornalista Elio Gaspari. Observemos a citação retirada da revista ISTO É, Edição nº 1798, de 24/03/2004 sobre a coleção *Vozes do golpe*: “Memórias do medo: coleção vozes do golpe e uma série de lançamentos passam em revista a tomada do poder pelos militares.”

A *posteriori*, quando feita a leitura das obras da coleção Vozes do Golpe (2004), muitos foram os detalhes na construção das narrativas que nos inquietaram, principalmente no conto *Mãe Judia, 1964* de Moacyr Scliar. Percebemos que a relação da literatura com a história era bem mais rica e complexa que apenas o uso da história para dar mais realismo à narrativa. Foi nesse momento que entendemos que este conto mereceria uma análise a partir das teorias multidisciplinares do pós-modernismo. No entanto, não estamos com isso afirmando que essa seja a única possibilidade de análise, nem tencionamos responder a todas as indagações que essa obra nos revela, queremos apenas lançar mais um olhar sobre essa trama chamada narrativa, seja na literatura ou na história. Queremos, sobretudo propiciar uma discussão que nos permita, professores de história e literatura, adentrar em um universo teórico rico de possibilidades. Trazendo a luz desse texto a importância mais daquilo que nos aproxima do que nos separa. Percebendo a partir da metaficção historiográfica uma excelente ferramenta para interdisciplinaridade em nossas salas de aula.

APROXIMAÇÕES ENTRE OS DOMÍNIOS DE CLIO E CALÍOPE

O ser humano, no decorrer de sua existência, tem se utilizado da linguagem para representar o mundo, tanto em seus aspectos visíveis como imaginários. O tempo mais que sentido e vivenciado, necessita ser compreendido e para interpretarmos o tempo é necessário a utilização da narrativa (Ricouer *apud* Epple, 2008, p. 149). Assim, tanto o discurso historiográfico quanto o literário lidam com o tempo e com a narrativa. Ambas, literatura e história têm personagens, tramas, enredos na urdidura de sua construção. Inclusive, na mitologia grega história e literatura são representadas por duas musas-irmãs, Clio e Calíope, filhas de Zeus e Mnemósine (memória). No entanto, durante muito tempo acreditou-se que a efetiva distinção do que seria História ou Literatura estaria no fato de que aos historiadores caberia narrar os acontecimentos de forma objetiva, com o compromisso de buscar a verdade neles imanente. Já aos escritores seria permitida a ficção; a literatura, sim, poderia se dá ao “desfrute” de narrar misturando a imaginação, a subjetividade e o simbólico.

Na obra *Poética* Aristóteles foi um dos primeiros a estabelecer distinções entre a história e a poesia. Para o filósofo tanto a história como a poesia representavam uma *mimesis*, ambas as narrativas “imitam” uma ação no tempo, e efetuam uma operação de arranjo de uma

seqüência de acontecimentos numa intriga. No entanto, a poesia imitaria o universal e a história o particular. A diferença entre essas formas de narrativa consistiria também no fato de que à história caberia a verdade e à literatura a verossimilhança. A história contaria a verdade dos acontecimentos e a literatura contaria o que poderia ter acontecido. Por ter a narrativa de ficção mais unidade que a narrativa histórica Aristóteles concluiu que a poesia é mais filosófica do que a história. Para Hutcheon:

[...] houve uma tradição, de longa duração, que vem desde Aristóteles e considera a ficção não apenas como sendo distinta, mas também superior, com relação a história, que é uma forma de escrever limitada à representação do contingente e do particular. No entanto, como demonstra Jane Tompkins (1980b), as afirmações românticas e modernistas sobre a autonomia e a supremacia da arte levaram a uma marginalização da literatura [...] (HUTCHEON, 1991, p. 145).

Passa a existir a partir de então uma hierarquização entre a literatura e a história, tanto por concepções que pregam a supremacia da arte, o que paradoxalmente levou a marginalização da literatura perante a História, quanto pela postura dos historiadores que herdando também uma tradição racionalista grega, e misturando-a na modernidade com o pensamento cartesiano-kantiano e o positivismo, passaram então a compreender com mais ênfase que fora da razão não há nada. Que a poesia e o ficcional são perigosos e, portanto, deles deve afastar-se toda a Ciência. No máximo poderia ceder a eles o lugar institucionalizado da literatura, onde ficariam retidos e sitiados. A história fez com a literatura o mesmo que os homens fizeram com as mulheres deixando-as em casa para que seu perigo não viesse habitar o espaço público. A história seria a narrativa do fazer-se homem do processo civilizatório. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 47).

Era comum chamar o que os escritores escreviam de “estória”, enquanto o historiador escrevia a História. Isso porque os escritores de “estórias”, por escreverem assumidamente ficção, poderiam certamente excluir, eliminar, silenciar ou privilegiar certos acontecimentos e pessoas do passado, alterando assim a realidade dos fatos. Mas o que os historiadores tradicionais fizeram com a história das mulheres, a história dos camponeses, a história dos negros, a história dos índios, a história dos homossexuais, e as Histórias de todos aqueles que não tinham o domínio da escrita?

O uso da literatura por parte da história, ou seja, nos momentos em que era preciso tomá-la como documento (geralmente por falta de outras fontes), foi feito com muito cuidado para não interferir na objetividade da narrativa. Já o uso da história por parte da literatura ou da crítica literária, respectivamente, tem sido o de utilizar a história para dá mais realismo à narrativa, ou para fazer a crítica ao romance relacionando-o com a vida e a

sociedade de seu autor, mas isso deveria ser feito com prudência para não cometer o sacrilégio de interferir na *literariedade* do texto. *Literariedade* essa tão defendida pelos formalismos e esteticismos a-históricos de muitos críticos literários.

Percebemos assim que, apesar de fronteiriças, literatura e história vivem certo antagonismo através dos tempos. Atualmente as teorias pós-modernas, seja na história, na teoria ou na ficção, estão problematizando os modelos explicativos que por tanto tempo definiram esses saberes; estão desconstruindo conceitos e mostrando toda sua constituição ideológica. O pós-modernismo desafia as metanarrativas tão arraigadas à mentalidade ocidental, a saber: razão, verdade, realidade, identidade e passado. A própria história enquanto metanarrativa está sendo duramente questionada. E os estudos literários sofrem importantes ataques por parte dos estudos culturais. Hoje se discutem as fronteiras entre a ciência e a arte, entre o erudito e o popular, questionam-se também as relações de saber e poder que fizeram da razão e da realidade mais merecedoras da atenção por parte da ciência do que a subjetividade e a ficção.

Angelika Epple (2008, p.150-153), baseando-se nas idéias de Michel Foucault e Paul Ricoeur nos diz que a essência da distinção que fazemos entre literatura e história está no que ela denomina de “o contrato do historiador”. Esse contrato seria feito entre narrativa e recepção, isto é, entre autor e leitor, e caberia aos historiadores escrever narrativas verdadeiras e a parte do leitor nesse contrato seria a de ler essas narrativas como verídicas. Essa verdade seria estabelecida a partir das relações de saber e poder de cada época. Diante dessas (re)elaborações pós-modernas para se pensar a narrativa vejamos o que no diz Hutcheon:

[...] é essa mesma separação entre o literário e o histórico que hoje se contesta na teoria e na arte pós-modernas, e as recentes leituras críticas da história e da ficção têm se concentrado mais naquilo que as duas formas de escrita têm em comum do que em suas diferenças. Considera-se que as duas obtêm suas forças a partir da verossimilhança, mas do que da verdade objetiva; as duas são identificadas como construtos lingüísticos, altamente convencionalizadas em suas formas narrativas, e nada transparente em termos de linguagem ou de estrutura; e parecem ser igualmente intertextuais, desenvolvendo os textos do passado com sua própria textualidade complexa [...] esses também são os ensinamentos implícitos na metaficção historiográfica (HUTCHEON, 1991, P. 141).

Certamente não queremos dizer aqui que não existam distinções significativas entre essas duas formas de narrativa: *literatura e história*. Nem tam pouco queremos afirmar que a pós-modernidade elimina as fronteiras que as torna disciplinas distintas. O que não podemos é continuar compreendendo as relações entre a literatura e a história de forma hierárquica e/ou por um pretenso antagonismo entre o real e o fictício. O que se discute

hodiernamente é que, de acordo com as teses pós-modernas, tanto as “estórias” da literatura quanto a história factual são construídas pela linguagem e igualmente submetidas as suas regras na prática da retórica e da construção das narrativas e que tanto historiadores como escritores de ficção não estão acima de sua realidade político-econômica, cultural e social, produzem história ou literatura de dentro do fluxo da própria história.

Com efeito, as teorias pós-modernas não implicam no desaparecimento do real ou na negação da verdade. O que se quer desconstruir não é o real em si, mas os modelos explicativos que foram criados para representar o real; sabe-se hoje que o imaginário também faz parte do real. Quanto à verdade, não é que ela não exista, apenas não existe de forma objetiva, como uma categoria natural e atemporal. Real e verdade agora fazem parte de uma rede de relações de poder e saber que tanto a literatura quanto a história podem problematizar.

POR UMA “POÉTICA DO PÓS-MODERNISMO: HISTÓRIA, TEORIA E FICÇÃO”

Para estudarmos a narrativa a partir das teorias pós-modernas é importante a utilização do conceito de metaficção historiográfica proposto por Linda Hutcheon, na obra *Poética do Pós-modernismo: História, Teoria e Ficção*, como um modelo de pós-modernismo literário. Metaficcões historiográficas são as obras de ficção que refletem conscientemente sobre a sua condição de ficção, enfatizando a figura do autor e do ator de escrever. Para Hutcheon (1991), o âmago desses textos é a exposição da ficcionalidade da própria história, negando assim a possibilidade de uma distinção inquestionável entre história e ficção.

Esses textos dão relevo ao fato de que só podemos conhecer a história com a mediação de várias formas de representação ou de narrativa. A literatura revela-se como algo que deixou de ser simples, porque a metaficção historiográfica é parte de um conjunto maior de práticas discursivas, ou seja, são linguagens que se relacionam com instituições sociais em contextos de relações de poder. Por isso ao lado de outros teóricos do pós-moderno na literatura e em outros campos, Hutcheon dá as boas-vindas à ruptura de fronteiras genéricas ou disciplinares, à infiltração da história na literatura e ao fim das distinções entre literatura e teoria. (CONNOR, 2000, p.107) A metaficção historiografia trouxe para a literatura o que a Nova História problematizou na produção do conhecimento histórico.

Nesse novo tipo de romance, assim como o romance histórico tradicional a presença e a elaboração do tema histórico ocupam o centro da narrativa, porém eles diferem quanto à maneira que concebem a verdade e a realidade, de modo que a metaficção historiográfica rompe com o pacto realista que caracterizou o romance histórico e mostra que só existem verdades no plural, ou seja, versões da verdade. Discute a capacidade da escrita de reproduzir

ou captar o fato histórico, e o potencial da literatura de problematizar os acontecimentos históricos sem, no entanto, pretender ser História.

A metaficção historiográfica traz para a literatura uma preocupação plural e heterogênea, com aqueles que foram por tanto tempo excluídos pela tradição tanto da história como da alta literatura. Leva para cima do palco as margens, o “marginal”, o ex-cêntrico: o negro, o índio, a mulher, a prostituta, o homossexual, o louco, o estrangeiro; e esses não aparecem como meros coadjuvantes, mas como protagonistas da própria história.

Os estudos sobre a metaficção historiográfica se dão geralmente a partir da análise do gênero romance, mas em nenhum momento Hutcheon estabeleceu que a metaficção historiográfica estivesse restrita ao romance. Portanto, não vemos nenhum problema de neste estudo submetermos a crítica um conto, análise essa inclusive já feita em contos do escritor português José Saramago. Acreditamos ser esse tipo de análise pertinente para expansão dos horizontes das discussões pós-modernas. O que importa-nos aqui é tomá-lo como narrativa.

MÃE JUDIA, 1964: AS VOZES DO GOLPE

Moacyr Scliar é na atualidade um escritor de grande representatividade na literatura brasileira contemporânea. A sua obra é permeada por temáticas tais como, a presença do imigrante, o judaísmo, a medicina, a doença, o sofrimento e a morte associados a problemáticas da realidade da classe média e urbana brasileira, em especial a sul-riograndense. Scliar nos presenteou em 2004 com uma brilhante criação, o conto *Mãe Judia, 1964*. Momento em que a literatura e a história colocaram-se com saberes que vêm problematizar a nossa relação com o passado da nação brasileira. A literatura como uma corporeidade ficcional, torna dizível a história através de um discurso inventivo, com ares de fabulação.

Em *Mãe Judia, 1964* (2004), temos uma narrativa que se principia com o acordar do narrador personagem, médico recém-formado, em 1º de Janeiro de 1964. Este desperta com um tremendo mal estar físico e mental, pois além das dores de cabeça ele, por mais que se esforçasse, não conseguia lembrar o que acontecera na noite anterior. **Fragmento01:** a memória era um espesso, pesado nevoeiro (SCLIAR, 2004, p. 07). Ele estava de ressaca. Pouco tempo depois de acordar ver, sem conseguir entender, Suzana a sua companheira ir embora sem maiores explicações. Para ele aquele 1964 começou mal. É a partir do fim de um caso de amor que Scliar constrói sua narrativa.

Passando-se alguns meses, do ininteligível abandono, o narrador personagem, deprimido, manteve-se alheio as coisas que aconteciam em seu país. Tanto estava que nem chegou a dar importância ao golpe militar ocorrido naquele ano. Na verdade o desinteresse

pela política de seu país mais que motivado pelas circunstâncias era inerente a própria personagem. Com o intuito de ajudá-lo um amigo, Zé Pedro, conseguiu para ele um emprego em uma clínica psiquiátrica.

Ao ser entrevistado por Dra. Lucrécia, diretora da clínica, o médico é surpreendido com algumas perguntas. A entrevistadora almejava saber do seu posicionamento político, mas percebendo a sua estranheza diante da política, ela apenas o esclarece que na atual situação do país não queria a clínica ou algum de seus médicos metido com política.

A *priori* ele é tomado por uma intensa admiração pela Dra. Lucrécia. Vejamos o seguinte fragmento: **Fragmento 02:** [...] era extremamente disciplinada e metódica. Tinha objetivos claros: queria subir na vida de preferência através de carreira acadêmica [...] seu sonho, confessou-me, era apresentar um trabalho – erudito recheado de citações e, ao mesmo tempo inovador- num importante congresso [...] (SCLIAR, 2004, p. 12-13).

No decorrer do trabalho na clínica algumas coisas começaram a chamar a sua atenção e a causar certo estranhamento, primeiro o fato de Dra. Lucrécia gravar as conversas com os seus pacientes através de um microfone que ficava oculto dentro de uma reprodução em gesso, do Pensador de Rodin; depois notou que a médica estava disposta a conseguir ascensão profissional a qualquer custo.

No entanto o que mais impressionara o narrador na sua passagem pela clínica psiquiátrica era o estranho hábito de uma mulher judia, meia idade, de conversar várias vezes por dias com a imagem da Virgem Maria em uma capelinha católica. Ela havia enlouquecido ao vê, em plena Porto Alegre de 1964, seu filho ser perseguido por motivos políticos e desaparecer. **Fragmento 03:** O que levaria uma judia, mesmo perturbada, a freqüentar uma capela? Teria experimentado uma espécie de crise religiosa, com súbita conversão ao catolicismo? Difícil saber. O certo é que, de pé diante da imagem da Virgem, falava ininterruptamente; uma história que repetia sem cessar, de forma às vezes compreensível às vezes não (SCLIAR, 2004, p. 16-17).

Em busca de compreender esse fato o médico comenta com a Dra. Lucrécia e essa interessada em estudar o caso, para escrever o seu tão sonhado artigo científico, ordena que o mesmo esconda um microfone dentro da imagem da santa para que assim ela pudesse ter acesso a história contada para a imagem.

A partir desse momento a narrativa toma outro rumo, posto que essas transcrições não serão narradas em 3ª pessoa, mas em 1ª pessoa, o narrador personagem passa ser a própria mulher. Essa mudança de narrador é marcada de forma visual pela mudança do formato da letra em que é escrita a obra. Outro fato significativo na obra em análise é que a mulher igualmente ao primeiro narrador não tem nome próprio, e enquanto ele é definido na narrativa apenas como médico, um homem de ciência, ela é junto com Virgem Maria definida como

uma Mãe Judia. O que se torna emblemático, posto que ausência de um nome próprio expressa a tentativa de representar através dos narradores personagens a própria coletividade da nação.

Na transcrição do diálogo, a Mãe Judia parece que vai escrevendo a própria história. Ela começa a sua narrativa por indagar sobre a vida e a aparência física da Virgem, travando um diálogo imaginário, onde conta a história de sua vida, suas tormentas psicológicas, sexuais, religiosas e políticas, desde a infância até os acontecimentos decisivos de 1964 que levaram-na àquela clínica. Através de sua história e da história da vida do seu filho Gabriel ela também conta a história política do Brasil, o comunismo, o movimento estudantil, a conjuntura política, principalmente fatos que se principiam em 1961 até o Golpe Militar de 1964.

A Mãe Judia vai tecendo sua história entrelaçando-a cada vez mais aos acontecimentos da história política nacional; vai comparando o seu sofrimento ao da Virgem Maria quando da crucificação do seu filho Jesus e vai explicitando a utilidade da loucura para se suportar a dor. No entanto a transcrição encerra-se bruscamente, quando ela anunciou a santa que naquele dia tudo havia mudado, o que traz de volta o 1º narrador e o outro formato da letra. O médico reaparece indagando-se sobre a falta de uma conclusão para aquela narrativa e, começa a fazer suposições sobre os motivos que teriam levado aquela falta de um fecho, uma conclusão. **Fragmento 04:** O que havia mudado? O que havia acontecido? Talvez não houvesse um fecho, uma conclusão; talvez a paciente tivesse interrompido ali o seu monólogo, pela entrada de uma faxineira, talvez. Ou para tomar a medicação. Ou para receber a alta. E, o monólogo interrompido, ela não o retomara. Ou então existia uma conclusão, mas a página, ou as páginas, correspondente, não tinha vindo. E por que não tinha vindo? Engano da secretária de Lucrécia ou da própria Lucrécia? Ou quem sabe Lucrécia tinha criado uma narrativa semificcional ou inteiramente ficcional, dando vazão à sua frustrada vocação de escritora? Essas eram algumas possibilidades (SCLIAR, 2004, p.100-101).

O médico conclui sua narrativa dizendo que (re)encontrara sua ex-companheira, Suzana, dessa vez como paciente, pois a mesma precisa de remédios para dormir. Daquela primeira madrugada de 1964 Suzana nada lembrava, apenas sonhava com aquela festa.

Ao analisarmos essa obra percebemos existir nela várias características que permeiam as narrativas pós-modernas. Nos diálogos da Mãe Judia percebemos que a história não aparece apenas como pano de fundo para a literatura. Ambas estabelecem um diálogo crítico a cerca da razão, da ficção, da escrita e da memória.

Verificamos que diferente da História oficial os fatos referente ao contexto político do Brasil antes e durante o Golpe de 1964, são trazidos a luz da narrativa não pelo primeiro narrador personagem: um médico, homem de ciência, mas por uma narradora

mulher, judia e louca; que em um segundo momento da narrativa aparece para dá sentido a própria história. A mãe judia é o que Hutcheon (1991) classifica como o ex-cêntrico, as margens. Ela representa as minorias, milhares de vozes anônimas, singularidades, rizomas, que encontram uma fenda na literatura para contar a sua história e a história de um importante momento da nação brasileira.

Há também nessa narrativa híbrida uma crítica ao caráter elitista da arte e ao eurocentrismo da representação cristã da Virgem Maria, isso pode ser observado no início das confissões da Mãe Judia a Virgem Maria. **Fragmento 05:** Vais me desculpar, mas não pareces judia. Não uma judia como eu, pelo menos. Para começar és bonita: pele lisa, feições delicadas, nariz pequeno, bem diferente do meu nariz judaico, grande poderoso [...] Eu não sou feia, propriamente, mas estou muito castigada, pela idade e sobretudo pela vida [...] Não tens nada de judia, muito menos de judia sofredora. Não foi uma judia que serviu de modelo para o artista que fez a tua imagem. Aliás, grande artista não deve ter sido; caso contrário, não estaria na capela de um hospício, estarias num museu qualquer, as pessoas fazendo fila para te ver (SCLIAR, 2004, p. 21).

Em sua narrativa a Mãe Judia questiona a fé, a razão e a ciência enquanto metanarrativas quando nos diz que decidiu desistir das esferas superiores trocando o sublime pela realidade. Depois desacreditou na importância dos livros, percebeu que eles nada tinham a ver com a realidade. Por último perdeu a fé na própria realidade, mergulhou na loucura para esquecer a dor de viver sem notícias do filho em um país que não era tão pacífico como um dia ela chegou a acreditar.

Os narradores personagens desse conto apresentam contradições tipicamente pós-modernas: primeiro um médico que passando à vida inteira alheio a política de seus país, foi chamado a fazer uma reflexão sobre a mesma a partir da narrativa de vida de uma louca, essa que apesar de louca estava bem menos alheia a realidade que ele. Depois uma judia que apesar de não acredita em Deus, teve seus dias difíceis atenuados pelos diálogos imaginários travados com uma santa católica.

Quando o médico coloca as transcrições feitas pela Dra. Lucrecia, das confissões da Mãe Judia, como documento para a construção de um trabalho científico e posteriormente indagar sobre a sua ficcionalidade, questiona a própria capacidade de distinguirmos se o que lemos na verdade é tal qual o acontecido, ou se não fora manipulado, subtraído, acrescentando, “florido”, pelas conveniências ideológicas ou pelos interesses de outrem. Ao procurar um desfecho para as transcrições da Mãe Judia o narrador parece nos indagar sobre as lacunas da própria história do período da Ditadura Militar no Brasil.

Apesar das várias características pós-modernas supracitadas, essa obra não modifica nem tam pouco carnaliza datas, personagens e/ou espaços dos acontecimentos

históricos, como acontece na maioria das metaficções historiográficas que objetivam dessacralizar o documento histórico, sua crítica estar em mostrar as possibilidades de outra forma de narrativa, e não apenas a narrativa histórica, de problematizar a história do Brasil e paradoxalmente é também uma narrativa ficcional que busca dá visibilidade e dizibilidade a própria história.

O conto *Mãe Judia, 1964* (2004), configura-se também como um importante material didático para as aulas de história do Brasil, período da Ditadura Militar e para as aulas de literatura brasileira. Não por que este nos fale de acontecimentos e personagens reais, ou no caso da literatura, por que seja um clássico, mas por que é reveladora a maneira como o conto ironiza metaforicamente a nossa memória sobre a história recente do Brasil, quando enuncia do início ao final da narrativa a mesma conclusão: **Fragmento 6:** “a memória era um espesso, pesado nevoeiro” (SCLIAR, 2004, p. 07 e 109).

Este conto mostra-nos que para não se indispor com certo grupo de pessoas que ainda “comandam” o país e para não evidenciar o “mal estar” e o desconforto nacional em guardar na memória fatos de uma história que evidencia a fragilidade de nossa democracia, foi preciso construir uma história de esquecimentos. O que essas vozes do golpe vêm problematizar é que o repesar desses acontecimentos, sejam na literatura ou na história, precisam fazer o caminho inverso: (re)construir uma memória nacional de lembranças por mais dolorosas que elas sejam.

Muitos foram os torturados e os que perderam a vida por causa dos “tempos de chumbo” e apesar desse ser um episódio da história recente do Brasil, pouco se preservou sobre a sua memória. O paradeiro de muitos presos políticos ainda é uma incógnita, e a luta pelo direito a memória ainda gera polêmica num país que, incapaz de punir seus torturadores os anistiou. Assim o uso do conto *Mãe Judia, 1964* (2004) em sala de aula possibilitará a criação de espaços significativos de ensino-aprendizagem. Permitindo que alunos usufruam o direito a memória, característica *sine qua non* ao exercício da cidadania.

PARA NÃO CONCLUIR

Em um sentido *lato*, o contato com as teorias pós-modernas e com o conto *Mãe Judia, 1964* (2004) - de Moacyr Scliar, nos permitiu entender que a diluição das fronteiras genéricas entre a literatura e a história não significou o apagamento das diferenças que as separam e nem das peculiaridades que as tornam singulares; longe de descaracterizar tais disciplinas ou por em xeque suas autonomias, a poética da pós-modernidade as tornou mais amplas. Possibilitando inclusive, no campo educacional, um diálogo bastante frutífero, na perspectiva que a aproximação entre literatura e história poderá gerar experiências inovadoras

em sala de aula. As teorias pós-modernas trazem para a educação a possibilidade de ultrapassarmos vários antagonismos, não só História x Literatura, mas também teoria x prática, escola x academia e ensino x pesquisa.

Ao analisar o conto *Mãe Judia, 1964* (2004), encontramos vários elementos que o caracterizam como uma narrativa pós-moderna, uma metaficção historiográfica, posto que há nele uma reflexão consciente e simultânea sobre a história e a ficção enquanto criações humanas. Há uma crítica há certas metanarrativas como a razão, ciência e a fé, e o ex-cêntrico, as margens são trazidas através do discurso literário para protagonizar a própria história.

O leitor do conto *Mãe Judia, 1964* (2004) pode ser provocado pelo autor a repensar e questionar certos acontecimentos do período da Ditadura Militar, como a censura, a tortura, o desaparecimento de civis; pode tomar consciência e refletir sobre como somos alheios à nossa própria história. Assim esse conto emerge como exemplo importante de narrativa pós-moderna na literatura brasileira e deve ser utilizado nas aulas de história e nas aulas de literatura como importante ferramenta interdisciplinar. Certamente, a sala de aula será um excelente lugar para unirmos teoria e prática e com isso promovermos um encontro entre as musas-irmãs Clío e Calíope.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M de. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru, SP: Edusc, 2007.

CHAGAS, L. Memórias do Medo In: **Revista Isto É**. Edição 1798, 24 de mar. 2004. Disponível em: <http://www.istoe.com.br/reportagens/27927_MEMORIAS+DO+MEDO> Acesso em: 03 de fevereiro de 2010.

CONNOR, S. **Cultura pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2000.

EPPLÉ, A. Gênero e a espécie da história In: MALERBA, J et al. (org.). **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 139-156.

FERNANDES, G. M. Pós-moderno. In: FIGUEIREDO, E. (org.). **Conceitos de Literatura e Cultura**. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

HUTCHEON, L. **Poéticas da pós-modernidade: história, teoria e ficção**. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

PESAVENTO, S. J. História & Literatura: uma velha-nova história In: **Nuevo Mundo Mundos Nuevos** [Em línea], Debates, 2006. Disponível em <<http://nuevomundo.revues.org/index1560.html>> Acesso em: 17 de janeiro de 2011.

SCLIAR, M. **Mãe Judia, 1964**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.